


incapacitadas para o trabalho cuja renda familiar por pessoa não ultrapasse o correspondente a ¼ do salário mínimo mensal);



- (d) Convivência e Fortalecimento de Vínculos (são serviços voltados para pessoas em geral, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Organizam-se em torno do PAIF, sendo a ele articulados, visando prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizar o acesso deles às informações sobre direitos e participação cidadã. Isto é garantido por meio do trabalho em grupos de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. São exemplos a Associação Lar Semente do Amor, a Estação Conhecimento [Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico da Serra], a Rede AICA [vários, dentre eles o Projeto Meninos e Meninas do Mestre e o ProJovem Adolescente], a Associação Pestalozzi de Serra e os Centros de Convivência para Pessoas Idosas); e
- (e) Capacitação Profissional Socioeducativo – PROCAP (que visa proporcionar ao adolescente residente no município as condições de iniciação ao trabalho, através de estágio e de capacitação profissional para o desenvolvimento de suas potencialidades).

A rede de proteção social especial de média complexidade inclui os seguintes serviços dos CREAS:

- (a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI (para assistência na violação de direitos de pessoas em geral), PAEFI PCD (para enfrentamento de violação de direitos relacionados à deficiência) PAEFI Idoso (para enfrentamento de violação de direitos de idosos), em casos, por exemplo, de violência física, psicológica e negligência; abuso e/ou exploração sexual; tráfico de pessoas; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- (b) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP (para assistência especializada à população adulta em situação de rua, incluindo, dentre outros serviços, o Serviço Especializado em Abordagem Social);

- 
- (c) Centro Integrado de Cidadania (que visa à assistência, em caráter emergencial, do munícipe em situação de vulnerabilidade social, garantindo os mínimos sociais para sua manutenção);
- (d) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ambos voltados para a assistência social de adolescentes que receberam a Liberdade Assistida como medida socioeducativa;
- (e) Núcleo de Convivência Familiar e Comunitária (que visa desenvolver e possibilitar ações, junto com os Técnicos dos Serviços de Acolhimento Institucional, que busquem a reintegração familiar de crianças e adolescentes, e acompanhar o processo de pós-reintegração de forma articulada com a rede de serviços do município);

A rede de proteção social especial de alta complexidade inclui os serviços de Acolhimento Institucional dos CREAS (Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; Acolhimento Institucional para Pessoas com Transtornos Mentais; Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas - Instituição De Longa Permanência; Acolhimento Institucional para Adultos. Inclui, dentre outros, os dispositivos denominados Casa de Passagem Mirim, Casa de Acolhimento Provisório Masculina – Projeto Nossa Casa, Instituto Beneficiário de Assistência à Criança - Casa de Acolhimento Provisório Feminina - Projeto Sol, Casa Lar Morada, Associação Lar da Terceira Idade Professor Coelho Sampaio, Centro de Apoio ao Cidadão-CAC para atendimento aos portadores do HIV e o Instituto Vida - Casa Lar Meninas).

Os serviços acima descritos acima são dispositivos, equipamentos ou programas da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ação Social. Entretanto, outros dispositivos ou serviços na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SEDIR), na Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) e na Secretaria de Políticas Públicas da Mulher (SEPPOM) compõem a **rede ampla de serviços inter-relacionados ao entorno do uso arriscado de drogas**. A SEDIR tem como atribuições ações de incentivo ao protagonismo da juventude, de enfrentamento à violência e a todas as formas de preconceito e

discriminação e de educação e formação em Direitos Humanos. A SETER planeja, coordena e executa ações de geração de trabalho, emprego e renda, além de articular ações de qualificação social, profissional, com inserção no mercado de trabalho. A SEPPOM formula, desenvolve, articula e coordena as ações de voltadas para as mulheres no município, executando medidas que garantam seus direitos.



5. PROCESSO DE ARTICULAÇÃO COM OS GESTORES



No dia 11 de setembro de 2014, por ocasião do Seminário de Encerramento da Primeira Edição do CRRESCES, quando estiveram presentes os gestores e servidores das secretarias de saúde e de assistência social dos municípios de Serra e de Cariacica (além de outras entidades civis e governamentais estaduais e autoridades acadêmicas e políticas), o coordenador, Professor Doutor Elizeu Borloti, pronunciou o discurso de encerramento convocando os presentes a se envolverem num Plano de Trabalho em resposta ao chamamento público da SENAD, publicado no Diário Oficial da União de 29/08/2014.

Ao final do referido evento, a coordenadora das equipes da Estratégia de Saúde da Família de Serra, a assistente social Rosimeria Reblin, a técnica em exercício da Referência em Saúde Mental de Serra, a assistente social Elaine Leppaus, e a coordenadora do CAPSad Laranjeiras, a assistente social Betsaida Moulin, se dirigiram à coordenação do CRRESCES demonstrando interesse na proposição de um Plano de Trabalho para a cidade de Serra em resposta ao chamamento público, uma vez que apenas 133 dos seus servidores foram capacitados na primeira edição do CRRESCES (137 dos demais capacitados são servidores do município de Cariacica). Nesse dia, a coordenadora do CAPSad informou a demanda dos profissionais de sua unidade gerencial por supervisão clínica e/ou institucional. Igualmente, a coordenadora das equipes da Estratégia de Saúde da Família informou a amplitude da rede de atenção primária ainda a capacitar.

A partir de então se deflagrou uma série de contatos presenciais e não presenciais para articulação deste Plano de Trabalho (Anexo 11).

6. JUSTIFICATIVAS



- Justificativa geral

A justificativa geral primária para este Plano de Trabalho é a justificativa para o chamamento público do Ministério da Justiça do Governo do Brasil para a seleção deste e de outros Planos similares em todo o território nacional: “a implementação de políticas nesse campo [uso de substâncias psicoativas] depende, entre outros fatores, da formação profissional integrada dos agentes e trabalhadores nelas envolvidos”. Planos de trabalho no campo das substâncias psicoativas repercutem no campo das vulnerabilidades sociais, dentre elas as produtoras de violência e/ou produzidas pela violência (Ronzani, Noto, e Silveira, 2014). Como já dito, e ainda é necessário redizer, Serra é situada em uma das cinco regiões urbanas mais violentas do País (Cerqueira, Lobão & Carvalho, 2005).

- Justificativas específicas

A escolha pela formação de agentes e profissionais do município de Serra-ES é justificada especificamente na:

1. **expansão de RAPSad do município a partir dos anos 2000:** 40 (quarenta) UAPS's; 06 (seis) equipes de saúde mental nas seis Unidades Regionais de Saúde, URS's; 02 (dois) Centros de Atenção Psicossocial: CAPS II e CAPSad; 01 (uma) equipe de Consultório na Rua; 02 (duas) UPA's 24h; 02 (duas) Casas Lares; 03 (três) Residências Terapêuticas, além das Comunidades Terapêuticas associadas e dos projetos vinculados ao Programa de Saúde Mental do município (Rede Acolhedora, Câmara Técnica ad, Rede de Atenção à Infância e Adolescência e Cartilha de Prestação de Serviços); e
2. **necessidade de continuação do ajuste qualitativo da RAPSad à Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas em função da previsão da implementação de novos pontos de assistência no município:** finalização da construção de 01 (um) CAPSi e projeção do CAPSad III (24horas) e de 02 (duas) Unidades de

Acolhimento (Adulto e Infanto-Juvenil), previstas para funcionar nos próximos anos.



A escolha dos públicos-alvo (formação e área de atuação, descrita a seguir) considera a diversidade de setores inter-relacionados, em especial aqueles responsáveis pelo cuidado às pessoas com problemas decorrentes do uso arriscado de drogas e seus familiares. Assim, as 200 (duzentas) vagas serão divididas proporcionalmente entre os matriculados nos processos formativos específicos: profissionais de nível médio e/ou superior advindos prioritariamente da Rede de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, RAPSad, da Secretaria Municipal de saúde (SESA), e advindos de serviços estratégicos da Secretaria de Assistência Social (SEMAS), de Direitos Humanos e Cidadania (SEDIR), de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) e de Políticas Públicas da Mulher (SEPPOM). Portanto, o público-alvo é interdisciplinar (advindo de várias disciplinas de formação) e intersetorial (advindo de vários setores de atuação). Vagas remanescentes após primeira etapa de matrícula serão distribuídas entre os profissionais da Justiça, da Segurança Pública e/ou do Ministério Público e/ou lideranças comunitárias, de acordo com o projeto Rede de Atenção à Infância e Adolescência e as diretrizes da Câmara Técnica ad do município.

Os detalhes dos processos formativos (conteúdo, metodologia e outros, descritos adiante) foram definidos após discussões sobre a demanda dos serviços, segundo os condutores do Programa de Saúde Mental, tendo em vista a avaliação da experiência anterior do CRRESCES, quando foram formados os profissionais de Serra e de Cariacica-ES. Neste Plano de Trabalho, como descrito adiante, os processos são de qualificação profissional com atividades práticas.



7. OBJETIVOS

- Objetivo geral

Segundo o seu Projeto Político-Pedagógico (Borloti & Romanholi, 2014), o CRRESCES, por meio deste Plano de Trabalho, tem o objetivo geral de formar **200 profissionais** de nível médio e/ou superior, provenientes da diversidade de formações, funções técnicas, serviços e setores públicos para uma assistência intersetorial integral ao usuário de crack e outras drogas e aos seus familiares; educação integral essa pautada:

(a) numa relação profissional ética com os usuários, abordada de modo transversal em todos os processos formativos, por ser elemento norteador das relações humanas em todos os níveis da vida, além do nível profissional;

(b) na ciência, nas políticas públicas, nas demandas dos movimentos sociais da área da saúde mental e nas experiências nacionais, regionais e locais que funcionam por aplicar a intervenção baseada em evidência e as diretrizes dessas políticas e movimentos;

(c) numa visão multidisciplinar do uso arriscado de drogas, a ser garantida por um corpo docente permanente formado por doutores, mestres ou especialistas, com histórico de atuação em ensino, pesquisa, extensão e/ou assistência em Instituições de Ensino Superior, em Políticas Públicas, em Movimentos Sociais da Saúde Mental e/ou em serviços e setores do SUS e/ou do SUAS.

- Objetivo específico dos processos formativos

Processo Formativo Básico

Possibilitar que os profissionais matriculados nos processos formativos específicos conheçam as principais políticas públicas sobre drogas, os aspectos básicos da intervenção com usuários de drogas e familiares de usuários de drogas e os conceitos básicos da dependência química na prática da RAPSad, suas relações com dados epidemiológicos do uso de drogas e

suas interfaces em setores governamentais inter-relacionados.



Processo Formativo Específico I

Possibilitar que 40 profissionais de nível superior compreendam e pratiquem ações da Atenção Primária à Saúde como componente da RAPSad, de modo a romper as barreiras para o acesso do usuário de drogas à RAPSad, realizando a prevenção primária, secundária e terciária do uso de drogas integralmente com outros setores da atenção ao usuário.

Processo Formativo Específico II

Possibilitar que 40 profissionais graduados em Psicologia e/ou Serviço Social analisem impactos do uso de droga na família e nos familiares, fases do alcoolismo na família e modelos de vulnerabilidade e resiliência de filhos de usuários de drogas de modo a avaliar e planejar intervenções com familiares (seja ele um familiar colaborador assintomático, não colaborador, colaborador com sintomas de mal estar ou codependente) para serem executadas nos serviços.

Processo Formativo Específico III

Possibilitar que 40 profissionais de nível superior apropriem-se dos conceitos e instrumentos em reinserção social (estigmatização, processo e fases da reinserção e de outros processos a ela relacionados) e dos critérios de programas de reinserção, de modo a definir áreas, dimensões e objetivos da reinserção e, assim, elaborar projetos de reinserção social de pessoas que usam substâncias psicoativas para serem executados nos serviços.

Processo Formativo Específico IV

Possibilitar que 15 agentes comunitários de saúde e 25 profissionais de nível médio (preferencialmente do SUAS) compreendam a função do estigma no problema da motivação dos usuários de drogas em buscar a RAPSad e na inadequação do acolhimento no momento dessa busca, de modo a apropriar-se dos fundamentos das habilidades motivacionais e aprender a ação



envolvida nessas habilidades, que serão adquiridas diretamente em contingências arranjadas por ensaio de comportamento.

Processo Formativo Específico V

Possibilitar suporte técnico institucional para os 25 servidores atuantes no CAPSad Laranjeiras atuarem nos processos de trabalho no campo psicossocial do serviço CAPSad, tendo como referência a noção de clínica ampliada, sob a lógica da redução de danos.



8. PROCESSOS FORMATIVOS

8.1. PROCESSO FORMATIVO GERAL

O Processo Formativo Geral (PFG) – “**Dependência química como processo biopsicossocial**” – é um curso de Atualização pré-requisito para a inserção dos formandos nos demais Processos Formativos Específicos (PFE's) deste Plano de Trabalho. O diferencial desse PFG é que, por meio de suas estratégias de ensino-aprendizagem, os formandos contribuirão para a produção de um documentário audiovisual de curta-metragem (rubrica “edição de vídeo” na planilha orçamentária) sobre os componentes da RAPSad (incluindo setores inter-relacionados aos da saúde) do município de Serra.


Os formandos que foram formados/aprovados nos cursos de atualização ofertados na primeira edição do CRRESCES, e que se matricularem em quaisquer PFE's, descritos adiante, poderão ser dispensados deste PFG, nos casos de: (a) apresentação de cópia do certificado do curso de atualização devidamente registrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFES; ou (b) obtenção de aprovação em uma prova de conhecimentos gerais (a ser aplicada em data previamente estabelecida pelo Conselho Gestor do CRRESCES).

A Tabela 1 apresenta a síntese do PFG “Dependência química como processo biopsicossocial”.

Tabela 1: Síntese do PFB “Dependência química como processo biopsicossocial”.

TÍTULO	DEPENDÊNCIA QUÍMICA COMO PROCESSO BIOPSIKOSSOCIAL
---------------	--

MODALIDADE	ATUALIZAÇÃO			
PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO	ÁREA/SERVIÇO/SETOR DE ATUAÇÃO	
	200 40 por turma. 05 turmas.	Nível Superior ou Médio.	Em cada turma, as vagas serão divididas proporcionalmente entre os matriculados nos PFE's: profissionais advindos prioritariamente da Rede de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, RAPSad, da Secretaria Municipal de saúde (SESA) e profissionais advindos de serviços estratégicos da Secretaria de Assistência Social (SEMAS), de Direitos Humanos e Cidadania (SEDIR), de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) e de Políticas Públicas da Mulher (SEPPOM). Vagas remanescentes após primeira etapa de matrícula serão distribuídas entre os profissionais da Justiça, da Segurança Pública e/ou do Ministério Público e/ou lideranças comunitárias.	
CARGA HORÁRIA	Total: 40 h Teoria: 20 h Prática: 20 h (Exercícios práticos e atividades nos dispositivos da RAPSad)			
CRONOGRAMA	Dia		CH	Conteúdo ou atividade
	Primeiro	Manhã	02	<ul style="list-style-type: none"> Obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para uso dos dados dos instrumentos de avaliação de domínio do conhecimento em publicações científicas. Medida do Domínio do Conhecimento Pré- formação Entrosamento intersetorial Formação de grupos intersetoriais e orientação de atividades práticas Apresentação e discussão do caso para a Aprendizagem Baseada em Problemas com Drogas (ABPD).
			02	Módulo 1: Epidemiologia do uso de drogas e emergência de políticas públicas. Principais políticas públicas sobre drogas.
	Segundo	Tarde	04	Módulo 2: Unidades e serviços da RAPSad municipal em Serra-ES: SUAS, SUAS e sistemas inter-relacionados.
		Manhã	04	Módulo 3: Argumentos centrais, com base em evidência, da aquisição, manutenção e modificação do uso de drogas.
	Terceiro	Tarde	04	Módulo 4: Pontos-chave das intervenções: prevenção, atenção (acolhimento, farmacoterapia, psicoterapia e reabilitação) e reinserção social.
		Manhã	04	Módulo 5: Padrões de uso: caracterização, avaliação e encaminhamento.
	Quarto	Tarde	04	Módulo 6: Neurobiologia da dependência química. Efeitos de drogas no Sistema Nervoso Central.
		Manhã	04	<ul style="list-style-type: none"> Medida do Domínio do Conhecimento Pós- formação Resolução do caso da ABPD Devolutiva e discussão das atividades práticas de dispersão Avaliação do processo formativo básico Confraternização intersetorial



LOCAL	Universidade Federal do Espírito Santo
RECURSOS	Projektor multimídia, ASSIST, AUDIT
CONTEÚDO	<p>1. POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRÁTICA DA RAPSad (4 horas): epidemiologia do uso de drogas e emergência de políticas públicas. Principais políticas públicas sobre drogas. Unidades e serviços da RAPSad municipal em Serra-ES: SUAS, SUAS e sistemas inter-relacionados.</p> <p>2. ASPECTOS BÁSICOS DA INTERVENÇÃO EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA (4 horas): argumentos centrais, com base em evidência, da aquisição, manutenção e modificação do uso de drogas. Pontos-chave das intervenções: prevenção, atenção (acolhimento, farmacoterapia, psicoterapia e reabilitação) e reinserção social.</p> <p>3. CONCEITOS BÁSICOS EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA (8 horas): Padrões de uso: caracterização, avaliação e encaminhamento. Neurobiologia da dependência química. Efeitos de drogas no Sistema Nervoso Central.</p>
METODOLOGIA	<p>Integração Intersetorial</p> <p>Exposição Dialogada</p> <p>Atividades Práticas em Grupos Intersetoriais</p> <p>Aprendizagem Baseada em Problemas com Drogas</p> <p>Avaliação: Atividades de Suficiência, Relatório de SBIRT (Anexo 2), Portfólio (Anexo 3) e Medidas Pré e Pós- formação (cada instrumento de medida será diferenciado para cada processo. Ver Anexo 4, que exemplifica esse instrumento para o Processo Formativo Específico IV)</p>

Detalhamento

Diferencial. Este PFB forja a intersectorialidade e a interdisciplinaridade, mesmo entre profissionais de nível superior e médio. Serão compostas cinco turmas de 40 alunos e cada aula será ministrada por um professor doutor ou mestre do corpo docente. Na primeira etapa da matrícula, feita numa planilha de distribuição das 200 vagas, as cinco turmas serão compostas pelo mesma quantidade de vagas para cada componente da RAPSad e serviços a ele relacionados na secretarias municipais de Assistência Social (SEMAS), de Direitos Humanos e Cidadania (SEDIR), de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) e de Políticas Públicas da Mulher (SEPPOM). Na segunda, em vagas remanescentes, serão matriculados profissionais da Justiça, da Segurança Pública e/ou do Ministério Público e/ou lideranças comunitárias. No início, haverá uma integração entre os formandos desses diversos setores a partir de uma técnica de apresentação no qual eles deverão descrever seus papeis no



serviço/setor onde atuam, apontando as demandas desse serviço relacionadas ao uso arriscado de drogas. No final, será exibido um documentário de curta-metragem da RAPSad e de setores inter-relacionados, produzido com dados de uma das atividades feitas pelos alunos para fins de divulgação ao público em geral.

Justificativa. Este PFB, planejado da forma como se apresenta, se deve ao fato do seu conteúdo ser comum a todos os demais PFE's. Trata-se de conteúdo básico e essencial cuja organização evita a sua repetição nos PFE's. Em termos das habilidades das competências comuns da formação, descritas no Projeto Político-Pedagógico do CRRESCES (Borloti & Romanholi, 2014), seu conteúdo e suas estratégias de ensino visam à aquisição das habilidades necessárias às seguintes competências:

(a) absorção da informação (entender e interpretar corretamente dados fornecidos no contato com o usuário de drogas e/ou com seus familiares; entender as principais políticas públicas sobre drogas no Brasil; entender a função dos recursos do SUS e do SUAS existentes na rede de atenção municipal para a atenção integral aos usuários de drogas e aos seus familiares; entender conceitos básicos para a compreensão do uso arriscado de drogas: droga, padrões de uso, bases neurobiológicas da dependência e efeitos no sistema nervoso central; e entender os principais modelos de intervenção em dependência química e as principais abordagens terapêuticas da atenção integral ao usuário de drogas e aos seus familiares);

(b) transmissão da informação e comunicação (expressar bem, em linguagem oral e escrita, as questões básicas relacionadas ao uso arriscado de drogas);

(c) acesso à informação (buscar e pesquisar a informação sobre temas básicos referentes às drogas; memorizar a informação essencial e de uso constante no campo da dependência química);

(d) análise da informação acessada (avaliar e analisar criticamente a informação sobre uso arriscado de drogas, especialmente aquelas fornecidas por usuários e/ou familiares de usuários e que dizem respeito a direitos ou aquelas fornecidas por pesquisas epidemiológicas; identificar padrões de uso

de drogas, ou tendências para o uso, em encontros com pacientes e familiares de pacientes);



(e) análise epistemológico-ética (diferenciar, no campo da dependência química, questões de senso comum, de religião, de cultura ou de ciência, estabelecendo critérios adequados de “certo” ou “errado”, “bem” ou “mal”, “saudável” ou “patológico”);

(f) compreensão (compreender o funcionamento do indivíduo em sua relação com a droga, nos planos biológico, pessoal e cultural; compreender as manifestações culturais do uso de drogas);

(g) interpessoalidade (relacionar-se com membros de equipes multiprofissionais nos diversos setores do serviço público que assistem às pessoas que fazem uso arriscado de drogas e/ou aos seus familiares); e, por fim,

(h) ação direcionada (encaminhar a solução de problemas, distinguindo urgência e emergência, envolvendo demandas de usuários de drogas e de seus familiares de modo integral e intersetorial).

Público-alvo. Será formado de profissionais de nível médio (técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, conselheiros tutelares, agentes da abordagem de rua e outros) e superior (assistentes sociais, enfermeiros, farmacêuticos, médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros), profissionais da Justiça, da Segurança Pública e/ou do Ministério Público e/ou lideranças comunitárias de bairros escolhidos por critérios de vulnerabilidade e número de residentes. Os profissionais estarão inseridos em três categorias de serviços:

- (a) SUS: Consultório na Rua, Atenção Primária à Saúde, Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Infante-Juvenil (CAPSi) e outros.
- (b) SUAS: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no Serviço de Abordagem Social (Abordagem de Rua), Serviço

Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e outros.



- (c) Interface com a Justiça e Segurança, sejam funcionários públicos municipais, fazendo cumprir leis, estatutos e medidas judiciais nos serviços estratégicos de Serra, sejam funcionários públicos de instituições e/ou órgãos estaduais localizados em Serra, gerais (e.g., Polícia Militar, Juizado de Violência Doméstica, Juizado Criminal, Ministério Público, Defensoria, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria da Mulher e Secretaria do Idoso)e/ou os específicos para a infância e adolescência (e.g, Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM; Serviço de Acompanhamento da Prestação de Serviços à Comunidade e da Liberdade Assistida - LA/PSC; Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, como abrigos, casas lares e casas de passagem; Conselhos Tutelares; Secretaria de Educação; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Juizado da Infância e Juventude).

Metodologia.

A - Intersetorialidade.

Desde o início desse PFB, a Integração Intersetorial será incentivada na apresentação de todos os serviços representados pelos formandos e na composição dos grupos para as atividades práticas.

B - Dialogicidade.

A Exposição Dialogada é a marca da apresentação do conteúdo teórico desse processo formativo. É a fusão da tradicional aula expositiva com a aula dialogada, sempre com o uso de projetor multimídia. A primeira é necessária no sentido em que o formador é especialista, mestre ou doutor no assunto, portanto, estudou o conteúdo a ser exposto e/ou tem ou teve experiência prática com ele no serviço. A segunda informa a exposição e o modo como ela é feita: com o envolvimento ativo e afetivo dos formandos. O formador atuará

como mediador entre o formando e o conteúdo. Aproveitando a experiência prévia do formando, lançará questões e reflexões na discussão do conteúdo.



C - Praticidade.

A Aprendizagem Baseada em Problemas com Drogas estará focada em casos reais de pessoas com problemas decorrentes do uso arriscado de drogas. Garantido o anonimato, um caso típico de usuário do CAPSad Laranjeiras será escolhido, adaptado e planejado conjuntamente pelo corpo docente e pelo gestor do CAPSad para ser usado didaticamente durante a exposição dialogada dos conteúdos dos módulos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Assim, por exemplo, no Módulo 1 (Epidemiologia do uso de drogas e emergência de políticas públicas), o perfil desse usuário deverá ser entendido e discutido pelos formandos a partir de dados epidemiológicos do uso arriscado de drogas. No 2 (Principais políticas públicas sobre drogas, unidades e serviços da RAPSad municipal em Serra-ES: SUAS, SUAS e sistemas inter-relacionados), os formandos deverão reconhecer políticas específicas para a fração da população da qual esse usuário faz parte, inclusive discutir quais unidades e serviços da RAPSad e sistemas inter-relacionados deveriam ser considerados numa atenção integral ao caso. No Módulo 3 (Argumentos centrais, com base em evidência, da aquisição, manutenção e modificação do uso de drogas), o caso poderá ser revisitado para identificar fatores de risco na história e no contexto do usuário e/ou aspectos prioritários ou emergenciais da atenção integral, ou quais variáveis podem estar atuando na manutenção do seu uso de drogas. No Módulo 5 (Padrões de uso: caracterização, avaliação e encaminhamento), os alunos deverão realizar a avaliação do padrão de uso de drogas do caso e descrever o encaminhamento mais indicado ao mesmo. Por fim, no Módulo 6 (Neurobiologia da dependência química; efeitos de drogas no Sistema Nervoso Central), os sintomas identificados no caso, como queixas do usuário e/ou de familiares, poderão ser correlacionados com os efeitos de drogas no Sistema Nervoso Central. Em um ou mais módulos específicos, os profissionais de um setor serão encorajados a analisar e propor soluções dirigidas ao seu serviço. Por exemplo, problemas com intoxicação deverão ser solucionados preferencialmente pela equipe de atenção de urgência e emergência, que será instigada a pensar e relatar sobre a farmacoterapia mais apropriada ao caso



(mesmo que aspectos específicos e técnicos da farmacoterapia estejam no conteúdo de outro processo formativo do qual membros dessa equipe farão parte). Nas primeiras aulas, um membro do corpo docente do CRRESCES facilitará a ABPD iniciando a apresentação do caso e suscitando a enumeração de perguntas iniciais sobre os problemas presentes e potenciais. Nas últimas, haverá uma discussão relativa às conclusões da resolução/encaminhamento do problema, culminando o processo numa reflexão grupal sobre os aspectos intersetoriais dessa resolução/encaminhamento. O fato de esse processo ser genérico é positivo no sentido em que dúvidas e questões ainda sem solução servirão de operação motivacional para que os formandos se envolvam de modo mais comprometido nos demais processos formativos específicos nos quais estarão matriculados.

Atividades Práticas em Grupos Intersetoriais em uma carga horária de atividades de dispersão (extraclasse), e em uma dinâmica combinada em comum acordo com os gerentes e profissionais dos serviços apresentados e escolhidos no primeiro dia, garantirão um mínimo de contato com o que acontece no cotidiano da RAPSad e com a prática de outros profissionais que já atuam na intervenção com usuários e famílias de usuários de drogas. Serão formados oito grupos intersetoriais (de cinco componentes por grupo: dois de dois serviços diferentes do SUS, 2 de dois serviços diferentes do SUAS e um de outros serviços de outros setores) para os quais será sorteada uma das seguintes atividades práticas cuja execução será orientada a partir de normas éticas, respeitados os direitos do serviço e do usuário: (a) *portfólio da dinâmica dos serviços de um dispositivo/equipamento da RAPSad* (Anexo 3; registro visual comentado de reuniões de equipe, reuniões de famílias, acolhimento de usuários, visitas domiciliares, busca ativa, consultas etc.), cujo produto esperado será um portfólio (descrição dos trabalhos em andamento no dispositivo/equipamento da RAPSad para o alcance dos seus objetivos acompanhada de uma coleção documentos – fotos, declarações de comparecimento, projetos, etc. – que se segue com uma conclusão); (b) *portfólio de dois momentos/cenas uma intervenção em DQ*: grupo de acolhimento, consulta médica ou psicossocial, serviço de reinserção social, oficina, grupo terapêutico etc., cujo produto esperado será um portfólio; (c)

avaliação do padrão de uso de drogas e encaminhamento, cujo produto esperado será um relatório (Anexo 2; redação, segundo modelo fornecido, de informações que descrevam resultados da atividade de avaliação e encaminhamento derivado). Os gerentes dos dispositivos/equipamentos serão consultados sobre a quantidade de grupos possíveis de visitar o seu dispositivo/equipamento/serviço/programa, e a frequência e arranjo dessas visitas, uma vez que serão 40 grupos ao todo. O respeito aos direitos do serviço e do usuário implicará numa combinação prévia da dinâmica das visitas técnicas ao serviço (se o grupo de uma só vez ou se um ou dois componentes por vez) e das estratégias de observação das atividades em andamento, considerando o espaço físico, a avaliação dos casos, a autorização dos técnicos, familiares e usuários e demais idiossincrasias. Garantindo-se um tempo hábil, no primeiro dia de aula: (a) serão indicados os grupos intersetoriais previamente formados pela indicação da função e unidade de trabalho na ficha de matrícula e os seus respectivos orientadores (professores dos módulos); (b) serão definidos os líderes de cada grupo; (c) será feito o sorteio do dispositivo/equipamento da RAPSad do município de Serra para cada grupo intersetorial; (c) será fornecida aos líderes de cada grupo a lista dos telefones de contato com os gerentes atuais desses dispositivos/equipamentos e a lista de contato com os orientadores da atividade. Logo após, o coordenador deste Plano de Trabalho enviará ao gerente do dispositivo/equipamento comunicado oficial contendo a lista com os nomes dos componentes do grupo e do líder do grupo, bem como as regras para a combinação conjunta da dinâmica das atividades práticas.

D - Efetividade.

Medidas Pré e Pós-Formação, de domínio do conteúdo (Anexo 4) e de outras variáveis, permitirão avaliar mudanças no repertório de conhecimento a partir da observação desse repertório antes e depois do PFB. Os dados de efetividade serão obtidos de medidas de significância estatística, calculadas pelo Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), dos dados fornecidos pelos formandos em inventários de conhecimentos, preenchidos após os mesmos assinarem Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando o uso de suas informações em divulgações científicas e institucionais deste